



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - UFCG
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES - CFP
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS - UACS
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

JACILENE GOMES DANTAS DÁRIO

**A INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE
TRABALHO EM BERNARDINO BATISTA - PB: DESAFIOS E CONTRADIÇÕES**

CAJAZEIRAS - PB

2013

JACILENE GOMES DANTAS DÁRIO

**A INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE
TRABALHO EM BERNARDINO BATISTA-PB: DESAFIOS E CONTRADIÇÕES**

Monografia apresentada ao curso de História da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) como requisito para obtenção do título de Licenciatura Plena em História.

Orientadora: Prof^a. Ms. Nozângela Maria Rolim Dantas

CAJAZEIRAS-PB

2013

JACILENE GOMES DANTAS DÁRIO

**A INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE
TRABALHO EM BERNARDINO BATISTA-PB: DESAFIOS E CONTRADIÇÕES**

Monografia apresentada ao curso de História da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) como requisito para obtenção do título de Licenciatura Plena em História.

Data de aprovação: _____/_____/_____

Prof^a. Ms. Nozângela Maria Rolim Dantas
Orientadora

Prof^a. Ms. Rosemare Olimpio de Santana
Membro examinador

Prof^a. Ms. Edinaura Almeida de Araújo
Membro examinador

Prof^a. Dr^a Zildene Francisca Pereira
Membro examinador suplente

CAJAZEIRAS-PB

2013

Dedico este trabalho a Deus, aos meus pais, meu irmão, ao meu esposo, as minhas amigas e a todos que contribuíram de forma direta ou indireta para o meu ingresso e permanência neste Centro Acadêmico, possibilitando minha formação profissional.

AGRADECIMENTOS

A **Deus**, em primeiro lugar, pela minha vida, força, coragem e determinação;

A minha mãe, **Helena Gomes**, que sempre me apoiou em todos os passos da minha vida, orientando-me e incentivando-me nas minhas escolhas;

Ao meu pai, **José Estrela**, que me acompanhou na maior parte da minha caminhada para a escola;

Ao meu irmão, **Thiago Gomes**, meu amigo de todas as horas, que sempre me apoiou nas minhas decisões;

Ao meu esposo, **Silvânio Dário**, por estar sempre ao meu lado me apoiando e incentivando;

As minhas colegas e amigas, **Erika Vanessa, Edilane Claudino, Fran Oliveira, Hosana Andrade, Isabel, Samara e Talita Aurora**, pelas palavras e apoio nas horas mais difíceis desta caminhada;

A minha Família, que torciam pela minha realização profissional;

A todos os **professores** que contribuíram para chegar a esta etapa;

A professora, **Nozângela Dantas**, pela orientação, paciência e dedicação, que me ajudou a concretizar essa etapa;

Enfim, a todas as pessoas que colaboraram de maneira direta ou indireta para a minha formação.

“Por vezes sentimos que aquilo que fazemos não é senão uma gota de água no mar. Mas o mar seria menor ainda se lhe faltasse uma gota”.

Madre Tereza de Calcutá

RESUMO

O presente estudo investigou a inclusão de pessoas com deficiência - PcD no mercado de trabalho em Bernardino Batista - PB, baseado em um vasto aporte teórico, com diversas visões de autores que tratam sobre essa temática, onde foram abordadas as políticas públicas criadas para garantir o acesso a bens fundamentais como a educação e o emprego. Foi feito um levantamento do número de pessoas deficientes da cidade, bem como os que estavam inseridos no mercado de trabalho, onde foram realizadas entrevistas com um roteiro preestabelecido, buscando compreender as concepções dos PcD acerca da inclusão, as questões que dificultam e impossibilitam a inclusão e a estabilidade das pessoas com deficiência no mercado de trabalho formal, bem como as falhas nas propostas que fazem com que elas não sejam aplicadas como deveriam ser.

Palavras-chave: Inclusão; Mercado de Trabalho; Pessoas com Deficiência.

ABSTRACT

This study has investigated the inclusion of people with disabilities - PwD in the labor market Bernardino Batista - PB, based on a vast theoretical, with different views of authors that deal with this theme, where they were addressed public policies designed to ensure access the fundamental goods such as education and employment. A survey was made of the number of disabled people in the city, as well as those that were inserted in the labor market, where interviews were conducted with a predetermined script, trying to understand the concepts of PwD about inclusion, issues that hinder and hamper the inclusion and stability of people with disabilities in the formal labor market, as well as flaws in the proposals that make them are not applied as they should be.

Keywords: Inclusion; Labor Market; Persons with Disabilities

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1. CONJECTURAS TEÓRICAS E HISTÓRICAS DA INCLUSÃO NO MERCADO DE TRABALHO.....	11
1.1 Breve Histórico da Inclusão no Mundo.....	11
1.2 A Exclusão da Pessoa com Deficiência.....	13
1.3 Integração e Inclusão.....	16
1.4 A Importância da Legislação Brasileira para a Pessoa com Deficiência.....	17
1.4.1 <i>Aposentadoria por invalidez.....</i>	<i>18</i>
1.4.2 <i>Benefício de Prestação Continuada – BPC.....</i>	<i>18</i>
1.4.3 <i>Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.....</i>	<i>19</i>
1.4.4 <i>Lei de Cotas.....</i>	<i>19</i>
1.4.5 <i>Lei da Acessibilidade.....</i>	<i>19</i>
2. A PESSOA COM DEFICIÊNCIA E O MERCADO DE TRABALHO.....	20
3 . PROCESSO METODOLÓGICO.....	27
3.1 Tipo de Pesquisa.....	27
3.2 Local da Pesquisa.....	29
3.3 População e Amostra.....	29
3.4 Instrumentos de Coleta de Dados.....	30
3.5 Coleta de Dados.....	31
4. ANÁLISE DOS DADOS.....	32
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	39
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	41
ANEXOS.....	44

INTRODUÇÃO

O presente trabalho almeja analisar as políticas públicas criadas para inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho, pela Lei de cotas nº 8213/1991 na cidade de Bernardino Batista – PB, cujo tema tem sido alvo de pesquisas e debates nos últimos anos.

A discussão dessa temática permitirá compreender como o poder público e as entidades sociais vem implementando suas ações no sentido de socializar os PcD, assegurando seus direitos como de qualquer outro cidadão, onde os órgãos federais, estaduais e municipais estão lutando para se adequar às leis que exigem a inclusão das pessoas com deficiência em todas as áreas.

Para melhor compreensão do tema o trabalho ficou dividido da seguinte maneira: o primeiro capítulo tratará de um breve histórico da inclusão no Brasil e no mundo, discorrendo sobre a trajetória do tratamento das pessoas com deficiência desde os tempos mais remotos da história até os dias atuais.

Será abordada também a questão da exclusão dos deficientes, pois não podemos analisar a inclusão sem entendermos o motivo dessa exclusão, do preconceito, das diferenças e dos tipos de sentimentos gerados pelas pessoas que os desprezam, bem como o olhar do deficiente perante esses sentimentos.

É necessário entender as dificuldades das pessoas com deficiência para que se possa alcançar a devida inclusão. Embora existam barreiras para que ela aconteça é preciso estar preparados para enfrentá-las.

Além desses pontos também discorrerá sobre as leis acerca da inclusão social, fundamentada na Constituição Federal de 1988, onde a educação é assegurada como direito e dever do estado, juntamente com a sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, dando qualificação para o trabalho, e inclusão escolar baseada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/96 e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Lei de cotas (Decreto nº 3298, de 20/12/1999).

Através destas leis serão enfocados os paradigmas que as fundamentam, delineando eixos fundamentais do modelo inclusivo para uma melhor compreensão do processo da inclusão e dos caminhos a serem percorridos, para que de fato esse sonho de inclusão torne-se realidade.

O segundo capítulo falará sobre o mercado de trabalho, a partir do ponto de vista de vários autores, que irão descrever desde a sua definição, seu desenvolvimento, as suas transformações no decorrer da história, até as relações entre as empresas e as pessoas com deficiência.

Será abordado no terceiro capítulo todo o processo metodológico que foi realizado durante a pesquisa, fazendo a descrição do tipo de pesquisa, do local, da população e amostra, bem como dos instrumentos de coleta dos dados.

No quarto e último capítulo será feita a análise dos dados colhidos, contrapondo com todo o aporte teórico investigado e utilizado durante a pesquisa, a fim de que se tenham respostas para as investigações propostas no presente estudo.

1 CONJECTURAS TEÓRICAS E HISTÓRICAS DA INCLUSÃO NO MERCADO DE TRABALHO

1.1 Breve Histórico da Inclusão no Mundo

Desde a antiguidade, as pessoas com deficiência são colocadas a margem da sociedade, conquistando leis de amparo e proteção e a sua inclusão no mercado de trabalho formal após muitas lutas.

O fato da sociedade ter formulado a idéia de que as pessoas deficientes são incapacitadas, levou a um completo desinteresse em organizar os serviços para atender as necessidades específicas de cada uma. Somente quando alguns líderes (homens, mulheres, leigos e profissionais, pessoas com deficiência ou não) defenderam medidas para propor e organizar os diversos espaços sociais para atender as necessidades dos deficientes, que foram se abrindo diversas áreas na vida social com vistas à melhoria das condições de vida desta população como institutos e a promulgação de leis (MAZZOTTA, 2005).

Segundo Mazzotta (2005) as políticas sociais criadas para a defesa da cidadania e do direito à educação das pessoas com deficiência surgiram a partir da década de 50. Até o século XVIII as noções sobre deficiência estavam relacionadas ao desprezo, pois a sociedade considerava as pessoas com deficiência incapazes de realizar tarefas e de viver em igualdade de condições, em relação às pessoas “ditas normais”.

Os primeiros movimentos para atender as pessoas com deficiência se deram principalmente na Europa no século XIX. Tais medidas educacionais foram se expandindo, tendo sido primeiramente levadas para os Estados Unidos e o Canadá e, em seguida, outros países como o Brasil foram aderindo a essas mudanças (MAZZOTTA, 2005).

Segundo Mazzotta (2005) em 1832 em Munique na Alemanha foi criada uma instituição para a educação dos deficientes físicos e somente por volta de 1900 foi criada a primeira turma de escola pública para “crianças aleijadas” em Chicago. Enquanto isso no Brasil, a história da pessoa com deficiência parece não caminhar no mesmo ritmo que a Europa e os Estados Unidos.

Após as experiências feitas na Europa e nos EUA, ainda no século XIX o Brasil começou a organização de serviços para atendimentos a cegos, deficientes físicos, surdos e deficientes mentais. Mas durante um século as providências só se deram de forma particular e isolada, somente no início da década de 60 do século XX que a inclusão da educação de deficientes foi incorporada na política educacional brasileira (MAZZOTTA, 2005, p.27).

Até a primeira metade do século XX, havia quarenta estabelecimentos de ensino regular mantidos pelo poder público que prestavam atendimento escolar especial a deficientes mentais e quatorze estabelecimentos de ensino regular atendiam alunos com outras deficiências (MAZZOTTA, 2005).

Em São Paulo, na Santa Casa de Misericórdia, foi iniciado o atendimento especializado com propósitos educacionais a deficientes físicos, logo depois em 1943 surgiu o Lar-Escola São Francisco que era uma instituição especializada na reabilitação de deficientes físicos (MAZZOTTA, 2005).

Mazzotta (2005) revela que estudos realizados na Inglaterra afirmam que pais de crianças com deficiência usualmente manifestam preferência por recursos integrados na escola comum na tentativa de inseri-los na vivência social, exercendo uma pressão social na tentativa de mudar a realidade excludente de seus filhos.

Historicamente, os pais tem sido uma importante força para as mudanças no atendimento aos portadores de deficiência. Os grupos de pressão por eles organizados têm seu poder político concretizado na obtenção de serviços e recursos especiais para grupos de deficientes, particularmente para deficientes mentais e deficientes físicos (MAZZOTTA, 2005, p.64).

A participação dos pais é extremamente importante para a melhoria da vida das pessoas com deficiência, pois através de suas reivindicações pressionam o governo a executar as políticas públicas para atendê-las, fazendo a transformação da história social no mundo.

Entretanto, apesar de termos as leis que “asseguram” os direitos dos deficientes, não se tem efeitos imediatos, pelo contrário, sua viabilidade dependerá de uma rede complexa de ações que exigirá de todos os envolvidos, medidas para que elas possam ser postas em prática, pois é necessário considerar os aspectos políticos, econômicos, sociais, institucionais, dentre outros, que estão envolvidos.

Essas leis passam a ter mais significação e efetivação a partir da Constituição Federal de 1988 que estabelece algumas garantias às pessoas com deficiência.

Além dos direitos assegurados a todas as pessoas, há alguns artigos especificamente dirigidos a este segmento da população brasileira que são distribuídos nos capítulos relacionados à seguridade social, da educação, da cultura e do desporto da família, da criança, do adolescente e do idoso, todos estão incluídos no título da ordem social.

O artigo 203 da Constituição Federal estabelece que a assistência social seja prestada a quem dela necessitar, independente de contribuição à seguridade social, tendo como objetivo, dentre outros, a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração a vida comunitária.

Há três décadas as necessidades e os direitos das pessoas com deficiência têm sido uma prioridade nas discussões das Nações Unidas. Após alguns anos de lutas, a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito de Pessoa com Deficiência e seu protocolo Facultativo foi adotado em 2006, entrando em vigor apenas em 3 de maio de 2008.

Ela reafirma que todas as pessoas com qualquer tipo de deficiência devem gozar de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais e esclarece como as categorias de direitos devem ser aplicadas, identificando as áreas onde é necessário fazer adaptações para possibilitar às pessoas com deficiência que exerçam efetivamente seus direitos, bem como as áreas onde seus direitos foram violados e onde a proteção de seus direitos seja garantida.

O avanço da ciência e da tecnologia, especialmente da informática foram importantes instrumentos que favoreceram e facilitaram o desenvolvimento da educação e a vida das pessoas com deficiência. Esta nova realidade possibilitou a participação ativa de um número cada vez maior dessas pessoas nas situações de vida comum, como na educação, no mercado de trabalho e emprego, enfim na vida social.

1.2 A Exclusão da Pessoa com Deficiência

Ao longo dos anos as pessoas com deficiência foram rotuladas de várias formas: retardadas, aleijadas, excepcional, portadora de deficiência, portadora de necessidades especiais, entre outras, mas sempre trazendo o estigma da rejeição principalmente no mercado de trabalho, por atos discriminatórios e preconceituosos

quanto a sua capacidade de desenvolver atividades laborais nos estabelecimentos comerciais.

Na antiguidade a deficiência não existia enquanto problema, pois as crianças com algum tipo de deficiência eram abandonadas ao relento, até morrerem (PESSOTI, 1984).

Segundo Bruno (2006), a literatura, ao tratar da história da deficiência na Roma Antiga revela que as crianças nascidas com algum tipo de deficiência, eram sacrificadas, por meio de afogamento, por serem classificadas como “anormais” e “debilmentais”, além de fugir dos parâmetros que a sociedade romana estimava para os seus membros.

Vilani (2010) afirma que na Roma Antiga a criança era desvalorizada, em especial as do sexo feminino e os bebês nascidos com alguma deficiência, que eram mortos, por acreditarem que as deformidades poderiam trazer “mau agouro”.

Na Grécia Antiga as crianças eram consideradas patrimônio do Estado, tendo total autonomia para decidir seu futuro. As crianças que nasciam com má formação ou com alguma deficiência eram descartadas por não terem potencial para tornarem-se guerreiras e lutar no futuro em favor do Estado (VILANI, 2010).

Na perspectiva religiosa, as pessoas com deficiência por não corresponderem a idéia de um Deus perfeito em todos os aspectos, como descreve na bíblia em Gn 1:26-28, que busca o ideal de homens feitos a “imagem e semelhança de Deus”. Sendo Deus perfeito e sem mácula, as pessoas acreditavam que os deficientes por não corresponderem a imagem desenhada pelos textos bíblicos não eram dignos de serem considerados filhos de Deus.

A própria religião, com toda sua força cultural, ao colocar o homem como imagem e semelhança de Deus, ser perfeito, cultuavam a idéia da condição humana como incluindo perfeição física e mental e não sendo parecidos com Deus, os portadores de deficiência eram colocados a margem da condição humana (MAZZOTTA, 1982).

Silva (1987) relata que as pessoas com deficiência em épocas remotas, eram caracterizadas por idosas ou doentes, a primeira, era uma forma de apoio e tolerância e a segunda, de abolição e extermínio.

Estes eram abandonados em lugares campestres para morrerem de fome ou serem comidas por animais selvagens. No entanto no Sul do Congo e Sudão, existia uma tribo que se orgulhava em ter em seu meio uma criatura “diferente”, por

acreditar que as pessoas com deficiências eram mandados pelos deuses e por terem o poder de si comunicarem com o além (CARMO, 1991).

Na Idade Média a situação do deficiente não era tão diferente. Eles tinham pouca chance de sobreviver, pois eram abandonados a própria sorte e viviam de caridades (CARMO, 1991).

Até mesmo na Santa Inquisição e na Reforma Protestante, onde as estruturas sociais eram regidas pela lei divina da Igreja, tinham exterminado qualquer ato ou pessoa que viesse a atentar contra a esta estrutura. A inquisição exterminou como hereges e endemoniados milhares de pessoas, dentre elas os adivinhos, as bruxas, as feiticeiras e os deficientes, pois eram concebidos como algo ruim, renegado por Deus e, conseqüentemente, pela sociedade (ARANHA, 2001).

Carmo (1991) mostra que a partir do século XVI, houve uma mudança significativa na percepção que se tinha da pessoa com deficiência, já que a sociedade passou a rever seus valores humanos, bem como seus costumes e crenças.

Na Idade Moderna, o homem passa a ser entendido como animal racional, em busca de um mundo melhor, encarregando-se de desvendar as leis naturais, deixando para um segundo plano as leis divinas. Surgindo com o método científico, o estudo das deficiências, a partir de um modelo médico, caracterizando-as como patologia, doença. O deficiente começa a ser tratado como um doente, desmistificando a imagem de problema de ordem religiosa ou moral (SILVA, 1987).

A fatalidade hereditária ou congênita assume o lugar da danação divina, para efeito de prognóstico. A individualidade ou irrecuperabilidade do idiota é o novo estigma, que vem substituir o sentido expiatório e o propiciatório que a deficiência recebera durante as negras décadas que antecederam a medicina, também supersticiosa. O médico é o novo árbitro do destino do deficiente. Ele julga, ele salva, ele condena (PESSOTI, 1984, p.68).

Atualmente apesar das pessoas com deficiência não serem mais sacrificadas e exterminadas como na antiguidade, ainda não conseguiram sua total inclusão no meio social, por não estarem dentro do “modelo padrão” exigido pela sociedade.

1.3 Integração e Inclusão

No Brasil, as pessoas com deficiência são amparadas por um arcabouço de leis que garantem seus direitos, porém, apenas as leis não fazem a transformação necessária da estrutura social para que a inclusão seja estabelecida. É preciso a superação de atitudes, de estigma e do preconceito da sociedade. A inclusão exige mais que o cumprimento dos direitos humanos, requer um desenvolvimento humano, que vislumbre uma sociedade mais justa e igual, conforme o que é preconizado na Constituição Federal de 1988.

É importante destacar que a tentativa de inclusão se deu a partir da elaboração de projetos e leis para criação de programas e serviços voltados para atender as necessidades das pessoas com algum tipo de deficiência e que essas políticas foram criadas com o intuito de proporcionar melhores condições de vida para que pudessem atuar e interagir nos diversos segmentos da sociedade, considerando que a cada dia as pessoas com deficiência estão sendo incluídas na sociedade através das políticas públicas e das leis que lhes asseguram os seus direitos enquanto cidadãos brasileiros.

Oliveira (2006) afirma que por volta da década de 90, em virtude das reivindicações sociais emergentes em diversas partes do mundo, as quais almejavam a construção de uma sociedade inclusiva não apenas aos indivíduos com deficiência, mas a todos os grupos minoritários excluídos das relações sociais, que houve início das leis que tratam da inclusão, pressupondo o reconhecimento das diferenças culturais, sociais, individuais, econômicas, políticas, étnicas e religiosas, dentre outras.

Algumas dessas diferenças são discutidas por Sasaki, Werneck e Aranha que tratam da questão da inclusão e integração, buscando fazer as diferenças entre elas da perspectiva da inclusão versus exclusão.

Segundo Sasaki (1997) a integração e a inclusão são formas de inserção social, mas mostra que possuem significados distintos. Ele associa a integração aos anos 1960-70 e ao modelo médico então adotado, que buscava tornar a pessoa apta para satisfazer os padrões do meio social. Já a inclusão é incluir todas as pessoas nos diversos segmentos da sociedade, portanto, ela precisa se preparar para recebê-los, especialmente a escola que é a base de tudo, sem ela não poderá ser feita esta inserção nos demais setores, a exemplo, no mercado de trabalho.

Para Werneck (1997), a integração é apenas colocar a pessoa na sociedade sem fornecer-lhes meios para sua atuação e desenvolvimento. Já a inclusão tem como finalidade incluir a pessoa com deficiência ou um grupo que antes era excluído da convivência social nas diversas áreas da sociedade, colocando-os em convivência com as demais pessoas.

Aranha (2001) revela que a idéia de inclusão se fundamenta no princípio do reconhecimento da diversidade na vida em sociedade, o que garantiria o acesso de todos os indivíduos às oportunidades, independente de suas peculiaridades.

Para Sasaki (1997) a inclusão se constitui em um processo bilateral, no qual as pessoas excluídas e a sociedade buscam, em parceria, solucionar os problemas, tomar decisões para tornar realidade a oportunidades para todos.

A inclusão não permite exceções, diferenças e separações, é caracterizada pela inserção total, necessitando de uma transformação da sociedade, especialmente da escola, que segundo Mantoan (1997), é uma instituição que deve dar o pontapé inicial no processo de inclusão, pois é a partir dela que se pode alcançar as próximas inclusões, a exemplo da inclusão digital e do mercado de trabalho. A inclusão digital tem haver com a inserção de um número maior de pessoas nos aspectos sociais e culturais, tendo acesso às novas tecnologias de informação e da comunicação. Portanto para isso é necessário que as políticas públicas garantam tal acesso, conforme a Lei da Acessibilidade (10.098/04).

Assim como para Mantoan (1997), Santos (2002) afirma que é na escola que ocorre o início da vida social das crianças. É nela que elas aprendem tanto a sua cultura, como a dos outros povos, além de conviver com o diferente, desenvolvendo sua capacidade de aprendizagem, de adaptação e socialização.

1.4 A Importância da Legislação Brasileira para a Pessoa com Deficiência

A Constituição Federal de 1988 assegura às pessoas com deficiência a admissão em cargos e empregos públicos, ensino especializado, habilitação e reabilitação para o trabalho, assistência social, facilidades na locomoção e acesso aos bens e serviços coletivos, bem como a proteção e integração social. Dentre esses benefícios destacamos:

1.4.1 Aposentadoria por invalidez

É assegurada também a aposentadoria por invalidez, conforme a Lei Federal 8.213, de 24 de junho de 1991, regulamentada pelo Decreto Federal 3.048, de 06 de maio de 1999. O valor da aposentadoria por invalidez do segurado que necessitar de assistência permanente de outra pessoa (atestada pela perícia médica do INSS) será acrescido de 25%, conforme a Lei Federal 8.213, de 24 de julho de 1991, observada a relação constante do Decreto 3.048, de 06 de maio de 1999, que regulamenta a lei.

1.4.2 Benefício de Prestação Continuada – BPC

Este benefício foi instituído pela Constituição Federal de 1988 e regulamentado pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, Lei nº 8.742, de 7/12/1993; pelas Leis nº 12.435, de 06/07/2011 e nº 12.470, de 31/08/2011, que alteram dispositivos da LOAS e pelos Decretos nº 6.214, de 26 de setembro de 2007 e nº 6.564, de 12 de setembro de 2008.

Ele integra a Proteção Social Básica no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS e para acessá-lo não é necessário ter contribuído com a Previdência Social. É um benefício individual, não vitalício e intransferível, que assegura a transferência mensal de um salário mínimo ao idoso, com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais, e à pessoa com deficiência, de qualquer idade, com impedimentos de longo prazo, de qualquer natureza, seja ela física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. Em ambos os casos, é necessário seguir alguns critérios, como comprovar que não possui meios de garantir o próprio sustento, nem tê-lo provido por sua família e ter renda mensal familiar per capita inferior a $\frac{1}{4}$ (um quarto) do salário mínimo vigente.

Atualmente são 3,6 milhões (dados de março de 2012) beneficiários do BPC em todo o Brasil, sendo 1,9 milhões pessoas com deficiência e 1,7 idosos.

1.4.3 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996)

Asseguram a garantia de vagas na escola regular para pessoas com deficiência desde a educação infantil, assim como contempla a compra de vagas pelos governos em escolas especiais, instituições privadas sem fins lucrativos, para os casos que necessitam de uma condição de ensino especializado.

1.4.4 Lei de Cotas para empresas privadas (Lei nº 8.213 de 24 de julho de 1991)

Fixa percentual de vagas em empresas do setor privado que devem ser preenchidas por pessoas com deficiência. O percentual fixado por esta Lei estabelece que as empresas com 100 a 200 funcionários são obrigadas a reservar 2% de seus postos de trabalho, as empresas que empregam de 201 a 500 devem reservar 3%, nas empresas com 501 a 1.000 funcionários a cota exigida é de 4% e aquelas com mais e 1.000, 5%.

1.4.5 Lei da Acessibilidade

A acessibilidade também é garantida por lei, que de acordo com o art. 2º da Lei 10.098/2000, a acessibilidade é a possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Têm direito a reserva de assentos em estabelecimentos de cultura e lazer; Isenção de IPI, IOF ICMS; Passe Livre; Projeto cão guia; prioridade no atendimento; dentre outros.

O que se observa é que as conquistas estão em andamento como bem descreve as diversas leis. No entanto, o processo da inclusão da pessoa com deficiência nos diversos setores da sociedade, há muito ainda para ser feito. A sociedade, no geral, precisa ser preparada para conviver com o “novo”, com o “diferente”, já que após muitos anos de luta, aos poucos, estão se concretizando e a inserção da pessoa com deficiência está cada vez mais acontecendo em diferentes espaços da sociedade e, em especial no mercado de trabalho.

2 A PESSOA COM DEFICIÊNCIA E O MERCADO DE TRABALHO

A Assembléia Geral das Nações Unidas elaborou em 1975 a Declaração dos Direitos das Pessoa com Deficiência, que define o deficiente físico como uma pessoa incapaz de assegurar, por si mesma, total ou parcialmente, as necessidades de uma vida individual ou social normal, em decorrência de uma deficiência, congênita ou não, em suas capacidades físicas. No entanto, para os dias atuais a pessoa com deficiência é vista como alguém que pode exercer atividades diversas em vários setores do mercado de trabalho, pois não são vistas como improdutivas ou incapazes de atuar no mercado de trabalho devido a sua deficiência.

Para Campbell (2009, p.185), a “Organização Internacional do Trabalho considera discriminação toda distinção, exclusão ou preferência que tenha por fim alterar a igualdade de oportunidade ou tratamento em matéria de emprego ou profissão”. Embora o acesso ao trabalho seja considerado um dos principais direitos civis dos indivíduos, assegurado pela constituição federal de 1988, as pessoas com deficiência ainda encontram diversas barreiras para ingressar no mercado de trabalho formal.

A necessidade de se criar mecanismos de acesso às pessoas com deficiência ao mercado de trabalho faz parte de um processo mais amplo de inclusão social dessas pessoas. De acordo com Martins (2003), elas representam uma minoria na sociedade, o que favoreceu a sua marginalização e exclusão ao longo dos anos, inclusive no que diz respeito ao acesso à educação, o que ocasionou, de forma mais ampla, a privação dessas pessoas de uma série de bens culturais e intelectuais, prejudicando-as no seu processo de inserção social e trabalhista.

Segundo Sacconi (1996) podemos definir trabalho como aplicação das forças físicas ou mentais na realização de uma coisa, na consecução de um fim ou resultado; esforço humano aplicado à produção de riqueza.

Huberman (1986) Karl Marx e Frederich Engels retratam no Manifesto Comunista a história das lutas de classes, onde os homens viveram em todos os tipos de sociedade em constante oposição: de um lado os opressores e do outro os oprimidos. Uma guerra que sempre terminou, ou por uma transformação revolucionaria ou pela destruição das duas classes.

Em toda sociedade civilizada existem necessariamente duas classes de pessoas: a que teria sua subsistência da força de seus braços e a que vive da renda de suas propriedades ou do produto de funções onde o trabalho do espírito prepondera sobre o trabalho manual. A primeira é a classe operaria; a segunda é aquela que eu chamaria a classe erudita (FRIGOTTO 2002, p. 15).

A obra de Marx busca soluções para os problemas da miséria e da exploração do trabalho. Rumo à concretização do princípio, que diz que todos os homens são iguais.

Segundo Marx (1999) o valor da força de trabalho é o valor dos meios de subsistência necessários a manutenção do trabalhador, onde para sobreviver ele vende a sua força de trabalho, já que o capitalismo se baseia na exploração do trabalho.

Os que não são donos dos meios de produção só podem ganhar a vida empregando-se – por salários- aos que são donos. É evidente que o trabalhador não se vende ao capitalista (isso faria dele um escravo), mas vende a única mercadoria que possui – sua capacidade de trabalhar, sua força de trabalho (MARX, 1999, p. 217).

A economia de Marx é chamada de economia do trabalhador. Desejava saber o que movimentava as rodas da sociedade capitalista onde vivia e também sonhava com o fim do capitalismo (HUBERMAN, 2002).

Ele explica como o trabalhador é explorado na sociedade capitalista através da mais-valia, que é o lucro do empregador. Para ele a transformação numa nova sociedade devia ser provocada não pelos esforços da classe dominante, mas pela ação revolucionária da classe trabalhadora.

O trabalho cria, o capital se apropria. Os produtos são feitos por um grupo e o lucro vai para as mãos de uma só pessoa. Os comunistas queriam o fim da sociedade privada, pois eles achavam que todos os males do capitalismo surgiam da propriedade privada e dos meios de produção (HUBERMAN, 2002).

Segundo De Masi (2006) na metade do século XIX, o trabalho absorvia a metade das horas vividas pelos homens, já que a riqueza era produzida diretamente pela mão-de-obra humana, mas apesar de ter diminuído essa carga horária ele não deixou de ser extremamente vital a sobrevivência.

Ele ressalta que o trabalho passou por grandes modificações com o passar do tempo, transformando-se de castigo a privilégio. Antes da era industrial, quanto mais

rica fosse a pessoa menos ela trabalhava, tinha tempo para dedicar-se mais a família e aos amigos. Enquanto que nos dias atuais, a lógica capitalista prega que quanto mais rico for o homem, mais ele tem que trabalhar (DE MASI, 2006).

Antes da indústria, não apenas os nobres não trabalhavam de fato, como até os operários e os escravos se limitavam a trabalhar não mais de quatro a cinco horas por dia. Os camponeses ficavam inativos muitos meses por ano. Um número enorme de festas - pagãs primeiro e, depois, cristãs- encarregava-se de preencher os espaços de tempo sem trabalho (DE MASI, 2006, p.13)

Para De Masi (2006) as pessoas que trabalham são vistas socialmente como as mais respeitadas, pois podem ostentar a profissão no cartão de visita.

Todo trabalhador física e psicologicamente sadio encerra dentro de si sete instintos permanentes de natureza positiva (atividade, jogo, construtividade, curiosidade, importância, propriedade e combatividade) e cinco movimentos ocasionalmente favoráveis a alegria do trabalho (instinto, gregário, necessidade de comandar e de obedecer, satisfação, estética, interesse privado e utilidade social) (DE MASI, 2006, p.57).

A busca pelo trabalho aumenta em todo mundo, causada por vários fatores, dentre eles o crescimento da população no planeta, o aumento da população escolarizada que quer ter um trabalho a altura do seu estudo, pelo crescimento do êxodo rural para as cidades, pelas mulheres que antes não trabalhavam e que agora estão competindo às vagas com os homens e também pela política de inserção das pessoas com deficiência no mercado de trabalho (DE MASI, 2006).

Segundo o autor, o trabalho é um vício recente. Várias pessoas se desesperam por estarem excluídas do exercício profissional, pois é necessário um trabalho para ter uma remuneração.

[...] tu receberas uma retribuição porque trabalhas, mesmo que teu trabalho não produza nada e não sirva para nada; até se esse trabalho for nocivo para ti e para a sociedade. O importante é que faças alguma coisa que as estatísticas oficiais possam classificar como “trabalho” e que a economia corrente possa considerar digna de retribuição (DE MASI, 2006 p.18).

Sasaki (1997) sistematiza a relação da pessoa com deficiência e o mercado de trabalho em quatro fases distintas:

1- Exclusão, quando se considerava uma crueldade que os deficientes trabalhassem, prevalecendo o protecionismo e a visão de que os deficientes não tinham capacidade laborativa;

2- Segregação, quando as pessoas com deficiência ficavam internadas em instituições e ali trabalhavam, com remuneração baixa e sem vínculo de emprego, ainda prevalecendo o elo paternalista;

3- Integração, quando as pessoas já obtêm vínculo de emprego, mas não se faz qualquer adaptação nas empresas, salvo pequenos ajustes nos postos de trabalho e com freqüência são criados setores exclusivos de deficientes;

4- Inclusão, em que o mundo do trabalho tende a considerar os dois lados, o da pessoa com deficiência e o da empresa, que precisam ser preparados para uma nova relação de convívio, uma situação de inclusão social.

Segundo Vasconcelos (2006) as práticas e as políticas no Brasil, até a década de 1990 se encontravam em transição entre a Segregação e a Integração. No entanto, é possível identificar no Brasil exemplos de todas essas quatro situações, embora, no que se refere às políticas, estejamos situados principalmente na situação de estímulo à integração.

No Século XX, as duas Guerras Mundiais impulsionaram o desenvolvimento que se chamou de reabilitação científica, não só pela carência de mão-de-obra surgida no pós-guerra, mas também pela necessidade de propiciar uma atividade remunerada e uma vida social digna aos soldados mutilados (METTS, 2000).

Segundo Metts (2000) a reserva de cotas para pessoas com deficiência surgiu inicialmente para atender os acordos pós a I Guerra Mundial e as recomendações da OIT, assegurando uma percentagem de postos de trabalho para veteranos de guerra com deficiência, sendo imposto com um sistema de penalidades para aqueles que não as cumprissem. Posteriormente, as cotas passaram a incorporar pessoas acidentadas no trabalho e, após a II Guerra Mundial, Reino Unido, Holanda, Irlanda, Bélgica, Grécia e Espanha adotaram sistemas de cotas mais amplos, abrangendo outros tipos de deficiências.

Para Vasconcelos (2006) essa ampliação ocasionou um desgaste para o sistema, pois cresceu muito a demanda por esse tipo de emprego e muitas empresas não tinham condições de absorver todos os tipos de deficiência sem o apoio do Estado. Outro problema foi o fato de que o sistema gerou um tipo de

discriminação, já que trabalhadores bastante qualificados, porém deficientes, eram discriminados por terem ingressado pelo sistema de cotas.

No Brasil, foi adotado como forma de garantir às pessoas com deficiência o acesso ao mercado de trabalho, o sistema de cotas. Neri (2002) afirma que parte da eficácia da política de cotas ainda não tem sido alcançada em virtude de fatores como: a competitividade exacerbada no mercado de trabalho, as taxas em geral baixas de oferta de emprego no setor formal, a falta de informação dos empregadores acerca da deficiência e principalmente porque o sistema não tem provocado impacto nas empresas de grande e pequeno porte, situação que necessita ser repensada, pois as mesmas são responsáveis pela absorção de parte considerável da mão-de-obra disponível no mercado.

O mercado de trabalho está vivendo num beco sem saída, sendo este um problema mundial, que conforme De Masi, (2006, p.18): “Se você não trabalha, não come, nem seus filhos, que dependem do seu trabalho.... [...] poderá dispor apenas de uma parte da riqueza que produz, mas, se não produz, não terá sequer aquela parte”.

Para ele existem vários tipos de trabalho, há aqueles úteis e agradáveis. Há os trabalhos úteis, mas desagradáveis. Há os inúteis, mas agradáveis e os trabalhos inúteis, mas desagradáveis. O importante não é ser bom ou ruim e sim o resultado dele: a remuneração.

Para melhor compreender a corrida pela sobrevivência no mercado de trabalho, De Masi, faz a seguinte analogia:

Toda manhã, na África, uma gazela desperta. Sabe que deverá correr mais depressa do que o leão ou será morta. Toda manhã, na África, um leão desperta. Sabe que deverá correr mais que uma gazela ou morrerá de fome. Quando o sol surge, não importa se você é um leão ou uma gazela: é melhor que comece a correr (DE MASI, 2006, p.31).

A sociedade pós-industrial induziu o homem a especializar-se cada vez mais para se manter no mercado de trabalho. Atualmente as tecnologias da informação e da comunicação e, com o avanço das ciências nos diversos setores da sociedade, a exploração, que antes era a da mão-de-obra braçal, passou a ser a do cérebro.

Com a industrialização, as empresas empregam cada vez menos o trabalho humano, e os poucos que são admitidos são cada vez mais escolarizados, impossibilitando a entrada das pessoas com pouco ou nenhum estudo.

Conforme De Masi (2006, p. 3-24): “A sociedade pós-industrial não se importou menos com os produtos industriais, mas descuidou dos operários e dos trabalhadores intelectuais, substituindo-os por robôs e computadores”.

Para De Masi (2006) o trabalho enobrece o homem, tornando-o livre, belo e seguro, mesmo que, na maioria das vezes o trabalhador não demonstre uma “cara alegre” enquanto trabalha.

[...] uma mulher que educa os filhos em casa não é remunerada, enquanto uma mulher educa os filhos dos outros numa creche merece uma remuneração. Se duas mulheres cuidam cada uma do próprio filho, são consideradas donas de casa e não são pagas por isso, se cada uma cuida do filho da outra são consideradas babás e remuneradas (DE MASI, 2006 p.19).

O que se observa é que o trabalho sempre ocupou um importante lugar na vida das pessoas, especialmente há alguns anos atrás quando as crianças pobres eram obrigadas pelos pais a irem trabalhar, em vez de freqüentarem a escola. A escola era um privilegio apenas para as famílias ricas, que colocavam seus filhos nas melhores escolas, vislumbrando um futuro profissional.

Os homens da classe operária têm desde cedo necessidade do trabalho de seus filhos. Estas crianças precisam adquirir desde cedo o conhecimento e, sobretudo o hábito e a tradição do trabalho penoso a que se destinam. Não podem, portanto, perder tempo nas escolas [...] Os filhos da classe erudita, ao contrário, podem dedicar-se a estudar durante muito tempo; tem muita coisa a aprender para alcançar o que se espera deles no futuro. Necessitam de um certo tipo de conhecimento que só pode aprender quando o espírito amadurece e atinge determinado grau de desenvolvimento[...] (FRIGOTTO, 2002 p. 15).

A partir da regulamentação da Lei de Cotas, em 1990 para instituições públicas e em 1999 para empresas privadas, as organizações tiveram que enfrentar um grande desafio, que é associar as pessoas com deficiência ao seu quadro de empregados.

A baixa escolaridade e a falta de qualificação profissional são apontadas como as principais causas da não contratação de pessoas com deficiência, além da

adaptação necessária na estrutura física das organizações, para que os espaços possam ser adequados ao trabalho e ao deslocamento dos profissionais.

Segundo Priestley (1998), a deficiência, por se tratar de uma alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarreta o comprometimento da função física, auditiva, visual ou mental e essas alterações poderão ocasionar perda da autonomia para a pessoa, trazer problemas de discriminação social e dificultar a sua inserção social.

Com o desenvolvimento do sistema capitalista houve uma reordenação no sistema organizacional do trabalho, acarretando a redução da mão-de-obra. As empresas passaram a trabalhar com um número de empregados cada vez mais reduzido.

Segundo Pochmann (2001), essa transformação contribuiu para o aumento das exigências de contratação de empregados multifuncional, maior nível de adaptação e novas habilidades para o exercício de suas atividades.

Araújo e Schmidt (2006) mostram as diversas dificuldades nesse processo, como a baixa escolaridade das pessoas com deficiência, levando em conta que as instituições educacionais não oferecem escolarização aos seus alunos, a falta de conhecimento sobre a deficiência e sobre as possibilidades de trabalho das pessoas com deficiência, além de inúmeros preconceitos em relação a essas pessoas.

Portanto, para que aconteça a verdadeira inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho é necessário ser revisto várias etapas anteriores há esse processo, a exemplo da escolarização, já que não se pode construir uma estrutura sem alicerce.

3 PROCESSO METODOLÓGICO

3.1 Tipo de Pesquisa

O presente estudo teve como alicerce uma pesquisa bibliográfica e de campo, baseado na história social, objetivando entender o processo de inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho, levando em consideração as dificuldades enfrentadas por eles, as contradições e falhas das próprias leis, com enfoque no mercado de trabalho da cidade de Bernardino Batista – PB.

Não se pode falar de História Social sem fazer referência à escola dos Annales que constituiu uma nova história, contraposta as abordagens Rankianas, que predominou entre os historiadores até a primeira metade do século XX. Até hoje se fala de História Social como uma espécie de demarcar o espaço desta outra postura historiográfica frente à historiografia tradicional (CASTRO, 1997).

Castro (1997) afirma que a expressão História Social possui certa ambigüidade. Essa expressão perdeu grande parte de sua operacionalidade com o quase desaparecimento das abordagens Rankianas.

Vários historiadores reivindicam desde a década de 1950 a abordagem da História Social como capaz de recortar um campo específico de problemas a ser formulada a disciplina histórica.

Desde a década de 1930 desenvolveu-se sob o signo dos Annales uma história econômica e social, mas foi na década de 1950 e 1960 que uma história social, enquanto especialidade tendeu a se constituir no interior desta nova postura historiográfica, que foi se tornando hegemônica (CASTRO, 1997).

Ainda segundo a autora a história social surgiu como abordagem que tinha como ponto de partida formular problemas históricos específicos quanto ao comportamento e as relações entre os indivíduos de diversos grupos sociais. A partir dos anos 60 ela recolocava em questão o papel da ação humana na história e o problema das durações. Vários temas apareciam quando era colocado como problema o comportamento humano, como o estudo das migrações, da mobilidade social, das estratégias de preservação de fortuna ou status, das greves e dos protestos populares, dentre outros.

Castro (1997) revela que um intercâmbio muito intenso com a antropologia possibilitou transformar mitos, rituais e imagens em fontes históricas. Esta

aproximação com a antropologia levou a história social a abordagens socioculturais em contrapartida aos enfoques econômicos sociais que até então eram predominantes.

Para Castro (1997) dentro da história social se tem a história social do trabalho e da urbanização, até as formulações mais recentes sobre a vida cotidiana, as identidades sociais, o controle social e a cidadania no espaço urbano.

[...] a história social do trabalho, solidamente organizada como especialidade desde a década de 1960, mantém um perfil mais claramente diferenciado, contemplando temas como o movimento operário sindical, suas relações com o Estado, com as massas trabalhadoras e com o ambiente urbano, o cotidiano operário e o controle social nas fábricas e fora delas, colocando-se como questão o próprio processo histórico de construção de uma identidade operária, não mais entendida como consequência automática do processo de industrialização. (CASTRO, 1997, p. 58).

A primeira etapa do trabalho constituiu num levantamento bibliográfico, acerca do tema Inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, seus desafios e contradições, que serviu para embasar a pesquisa. Segundo Bonin (s/d, p.2), para ter acesso a diferentes idéias e trabalhos, recomendam-se pesquisar em livros, artigos, científicos, teses, dissertações sobre o tema. Os quais devem ser buscados, examinados e selecionados em face da sua pertinência para o trabalho.

Para Nunes (1996),

O primeiro passo de um pesquisador em seu trabalho é a revisão da literatura bibliográfica do tema. Nesta revisão ele opera como crítico literário que se esmera na construção de um espaço intelectual, espaço este que é o ponto de encontro entre diversas obras com toda possibilidade de diálogo entre elas, o que pressupõe um jogo das afinidades e das oposições (p.20).

Sendo assim, após o levantamento das fontes, iniciou-se a etapa da leitura e do fichamento dos livros para elencar os principais pontos referentes à pesquisa a ser desenvolvida. Em seguida foram traçadas as principais etapas para a construção da monografia e de como ocorreria à pesquisa de campo, levando em consideração os objetivos da pesquisa e o aporte teórico.

Com o embasamento teórico e metodológico em mãos, foi feita uma pesquisa junto ao IBGE para obter os dados sobre o número de pessoas com deficiência que existia no Brasil e especificamente em Bernardino Batista-PB, a cidade sede da

pesquisa no intuito de ter um quadro geral da realidade do município com relação às pessoas com deficiências.

A partir de então, foi elaborado um roteiro de entrevistas com perguntas abertas e fechadas com a finalidade de perceber se essas pessoas tinham conhecimento dos seus direitos, se eles estavam sendo assegurados ou se estavam sendo violados, se eram vítimas de algum tipo de preconceito por ter algum tipo de deficiência e também para entender suas dificuldades, seus desafios e detectar a porcentagem da inserção dos PcD no mercado de trabalho na cidade de Bernardino Batista-PB.

A etapa seguinte constituiu na pesquisa de campo, onde todas as empresas da cidade foram visitadas, objetivando detectar quantas pessoas com deficiência estavam inseridas no mercado de trabalho formal, desta referida cidade bem como as condições de trabalho.

3.2 Local da Pesquisa

A pesquisa foi desenvolvida nos pontos comerciais, escolas municipais e estaduais, creches, centro de saúde, secretarias municipais, enfim em todos os postos de trabalho da cidade de Bernardino Batista – PB, onde foram encontrados pessoas com deficiência executando alguma atividade de trabalho.

3.3 População e Amostra

O presente trabalho é também caracterizado como um estudo de caso, pois a análise foi baseada nos depoimentos das pessoas com deficiência que estavam inseridas no mercado de trabalho da cidade pesquisada.

Para Coutinho (2003), quase tudo pode ser um estudo de caso: um pequeno grupo, um indivíduo, um personagem, uma organização, uma comunidade ou mesmo uma nação.

É uma investigação que se assume como particularística, isto é, que se debruça deliberadamente sobre uma situação específica que se supõe ser única ou especial, pelo menos em certos aspectos, procurando descobrir a que há nela de mais essencial e característico e, desse modo, contribuir para a compreensão global de um certo fenômeno de interesse (PONTE, 2006)

A pesquisa foi baseada no total de pessoas que se declararam ter algum tipo de deficiência no censo do IGBE de 2010, sendo que a amostra selecionada se deu a partir do número de PcD inseridas no mercado de trabalho da cidade em questão, que foram de seis pessoas com deficiência, sendo três mulheres e três homens, que estavam inseridas no mercado de trabalho da cidade pesquisada. Por isso denominada também de amostragem. Conforme Lakatos e Marconi (2002, p. 30), “a amostra é uma parcela convenientemente selecionada do universo (população); é um subconjunto do universo”.

3.4 Instrumentos de Coleta de Dados

O método utilizado para a pesquisa foi o quantitativo e o qualitativo, que segundo Batista (1994, p. 25)

[...] ao invés de serem excludentes ou opostas, as técnicas qualitativas e quantitativas, se devidamente utilizadas em uma pesquisa, poderão ser igualmente eficazes no aproveitamento e conhecimento do tema em estudo.

Segundo Lavielle e Dione (1999, p. 181) “um instrumento é dito válido se ele faz bem seu trabalho, isto é, se permite trazer informações para os quais foi construído”.

Os instrumentos utilizados para a pesquisa de campo foram a amostragem intencional, de cunho quantitativo e a entrevista aberta, de cunho qualitativo, baseada num questionário, que conforme Costa (1987, p. 185) “os questionários são necessários sempre que um cientista não dispõe de dados previamente coletados pelas instituições públicas sobre determinadas características”.

Das entrevistas aplicadas com os sujeitos pesquisados dez questões fizeram parte do questionário socioeconômico e oito foram do tipo aberta onde os entrevistados tiveram a liberdade de escolher suas respostas, articulando-as a seu modo, que segundo Golbenderg (1999, p. 90) “como qualquer relação pessoal, a arte de uma entrevista bem sucedida depende fortemente da criação de uma atmosfera amistosa e de confiança”.

Para Minayo (2007) esse tipo de instrumento tem como base um roteiro de questões norteadoras, que orientam a pesquisa. Já Lakatos e Marconi (2010)

definem esse tipo de instrumento como entrevista padronizada e estruturada, onde o entrevistador segue um roteiro pré-estabelecido.

A padronização das perguntas objetivou ter várias respostas para as mesmas indagações, que segundo Golbenderg (1999) o pesquisador deve ser o mais neutro possível, não sugerindo respostas, onde as opiniões do pesquisador deverão aparecer em segundo plano, prevalecendo a do entrevistado.

3.5 Coleta de Dados

A coleta dos dados foi iniciada com uma pesquisa nos estabelecimentos municipais, estaduais e privado, a fim de detectar o número de pessoas com deficiência estavam inseridas no mercado de trabalho em Bernardino Batista – PB.

Em seguida foi utilizada a entrevista como instrumento de coleta de informações, no qual os entrevistados assinaram uma autorização por escrita confirmando a divulgação dos dados coletados. Os formulários com o roteiro da entrevista se encontram em anexo.

4 ANÁLISE DOS DADOS

A partir da coleta dos dados, seguiu-se a análise e compreensão dos mesmos. De acordo com Martins (1994), na análise dos dados, o pesquisador deverá resolver a questão pesquisada, buscando entender os objetivos, provando ou não as hipóteses, decodificar as informações, discutindo os resultados e trilhando para as conclusões da sua pesquisa.

Neste estudo foi realizada a tabulação dos dados, a partir das entrevistas, objetivando analisar as informações estatisticamente e qualitativamente, para identificar a realidade da inserção das pessoas com deficiência no mercado de trabalho da cidade de Bernardino Batista – PB.

O presente trabalho pretende esclarecer algumas questões sobre a inclusão da Pessoa com Deficiência - PcD no mercado de trabalho, servindo como fonte de informação e pesquisa para as pessoas que queiram conhecer e/ou estudar sobre a temática, abrindo caminhos para outros estudos que queiram reforçar ou complementar esse estudo, já que a História é elaborada a partir de diferentes visões e versões e por não existir uma verdade absoluta em História.

Este estudo contou com a participação de seis pessoas com deficiência, sendo três mulheres e três homens, que estavam inseridas no mercado de trabalho da cidade pesquisada, no qual fizeram parte das entrevistas realizadas com livre consentimento.

Essa pesquisa é de cunho quantitativo e qualitativo, pois à medida que serão analisados os dados estatísticos, serão analisados também os depoimentos levantados, que segundo Minayo (1994) “a metodologia qualitativa [...] trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes”.

Desta forma o referencial teórico exposto nos primeiros capítulos serão analisados e confrontados com a realidade constatada. Conforme Marconi e Lakatos (1992), a finalidade da revisão bibliográfica é colocar o pesquisador em contato direto com os outros estudos que já foram realizados a cerca de um determinado assunto, para que possa chegar a novas conclusões.

Em um primeiro momento será analisado cada uma das categorias abordadas e posteriormente far-se-á uma análise geral.

Segundo dados da Organização das Nações Unidas – ONU, 10% da população mundial, aproximadamente 650 milhões de pessoas, vivem com algum

tipo de deficiência e entre as pessoas mais pobres do mundo, 20% têm algum tipo de deficiência. Cerca de 30% das crianças de rua têm algum tipo de deficiência, e nos países em desenvolvimento, 90% das crianças com deficiência não freqüentam a escola.

Dados do Censo 2010 divulgados recentemente revelam que quase 24% da população brasileira – 45,6 milhões de pessoas – têm algum tipo de deficiência. Em relação ao último Censo Demográfico, realizado em 2000, há um expressivo crescimento no número de pessoas que declarou algum tipo de deficiência ou incapacidade. Naquela ocasião, 24.600.256 pessoas, ou 14,5% da população total, assinalaram algum tipo de deficiência ou incapacidade.

Dentre os entrevistados foi constatado que três são deficientes visuais, dois físicos e um mental (gagueira) - (Distúrbio neurológico da fala), que segundo a Classificação Internacional das Doenças – CID-10 é considerado uma deficiência. Esses dados confirmam a estatística nacional de que a deficiência visual é a que mais incide sobre a população, com 35.774.392 de pessoas que declararam ter dificuldade para enxergar, mesmo com o uso de óculos ou lentes de contato, o que equivale a 18,8% da população brasileira. Desse total, 6.562.910 pessoas apresentaram deficiência visual severa, sendo que 506.337 eram cegas (0,3% da população) e 6.056.533 tinham grande dificuldade para enxergar (3,2%).

A deficiência motora é o segundo tipo de deficiência que mais atinge a população, com 13.265.599 pessoas com dificuldade de locomoção, representando 7% da população brasileira. A deficiência motora severa foi declarada por 4.433.350 pessoas, das quais 734.421 pessoas declararam não conseguir caminhar ou subir escadas de modo algum (0,4%) e 3.698.929 pessoas declararam ter grande dificuldade de locomoção (1,9%).

O percentual da população com deficiência auditiva foi de 5,1%, com 9.717.318 pessoas. A deficiência auditiva severa foi declarada por 2.143.173 pessoas, sendo 344.206 pessoas surdas (0,2%) e 1.798.967 pessoas com grande dificuldade de ouvir (0,9%).

Já a deficiência mental ou intelectual foi declarada por 2.611.536 pessoas, representando 1,4% da população brasileira.

Segundo o Censo 2010, a região Nordeste apresentou os maiores percentuais para todas as deficiências investigadas, sendo que 21,2% da população

dessa região declararam ter deficiência visual; 5,8%, deficiência auditiva; 7,8%, deficiência motora e 1,6%, deficiência mental ou intelectual.

A região Sul apresentou o menor percentual de população com deficiência visual (16,9%) e a região Centro-Oeste apresentou os menores percentuais de população com deficiência auditiva (4,5%) e motora (5,8%), dividindo com a região Norte o menor percentual de pessoas com deficiência mental ou intelectual (1,2%).

Já a análise por tipo de deficiência segundo o grau de severidade mostra que a região Nordeste também apresenta os maiores percentuais de pessoas com deficiências severas, sendo 4,1% para a deficiência visual severa, 2,6% para a deficiência motora severa, e 1,2% para a deficiência auditiva severa.

Dados do Censo 2010 apontam que 1.045.962 paraibanos possuem algum tipo de deficiência, representando 27,7% da população. Ela ocupa o 3º lugar no ranking nacional, entre os estados que apresentaram os maiores índices de PcD, perdendo só para o Rio Grande do Norte e o Ceará que obtiveram 27,8%.

A cidade de Bernardino Batista está entre as cidades paraibanas com o maior índice de pessoas com deficiência, cerca de 36% da população - 1.108 pessoas – declararam ter algum tipo de deficiência.

A deficiência visual é a que mais afeta a população, cerca de 18,4% das pessoas declararam ter algum grau de dificuldade.

Em segundo lugar foi à deficiência motora (10,1%), seguida da auditiva (6,2%) e da Mental/intelectual (1,1%).

Dados do IBGE revelam que as mulheres brasileiras, de modo geral, possuem uma maior escolarização que os homens, com uma média de 7,5 anos de estudo, enquanto eles têm 7,1 anos de estudo. A maior média foi encontrada no grupo etário de 20 a 24 anos, onde as mulheres têm em média quase um ano a mais de estudo que eles. Mas apesar do avanço no grau de instrução elas ainda sofrem com a desigualdade salarial, especialmente as que possuem uma maior escolarização, recebem cerca de 30% a menos que eles pelas mesmas atividades.

Os resultados da pesquisa do IBGE é claramente observada nas entrevistas, que constata a baixa escolaridade das PcD, principalmente dos homens, que 100% da amostra coletada declararam não ter nem o ensino fundamental, enquanto as mulheres tinham no mínimo o ensino superior incompleto.

Apesar das leis criadas para assegurar os direitos da PcD, é muito grande as dificuldades enfrentadas por eles, desde o ingresso e permanência na escola até a sua inserção no mercado de trabalho.

A acessibilidade é lei, porém é pouco fiscalizada, pois de acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), entre 2007 e 2009 o número de contratações de profissionais com deficiência diminuiu em torno de 17%, demonstrando um retrocesso com relação a inserção destes no mercado de trabalho.

Os entrevistados declaram ter tido vários tipos de dificuldade durante sua vida, como a dificuldade de se qualificar devido as suas limitações, o preconceito e a discriminação.

A maioria deles afirmou ter sido vítimas de atos discriminatórios desde o tempo de escola, onde seus coleguinhas os apelidavam devido a deficiência, caracterizando-se como “Bulling”, não queriam ficar perto deles, excluindo-os de algumas atividades, o que ocasionou a desistência de alguns.

No mercado de trabalho as dificuldades são ainda maiores. Alguns confirmaram que já sofreram muito com a discriminação tanto por parte do empregador, que não querem contratá-los, por motivos como a falta de qualificação profissional, por medo de não conseguir desempenhar as funções exigidas, como por parte dos seus colegas de trabalho, que ficam “soltando piadas de mau gosto”, gerando um desconforto e uma baixa na auto-estima.

Apesar dos avanços nas leis, a participação das pessoas com deficiência em trabalhos formais ainda é muito baixa. Nos últimos anos, várias legislações prometiam facilitar o ingresso das pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Entretanto as pesquisas indicam que somente 5% das pessoas com deficiência estão incluídas no mercado de trabalho formal.

Com a implementação da Lei de cotas (nº 8.213 de 24 de julho de 1991), houve um “estimulo” a inserção das pessoas com deficiência no mercado de trabalho, mas o sistema ainda demonstra tímidos resultados no Brasil, tendo em vista que a maioria das empresas não modificou sua política de emprego, com a regulamentação desse sistema.

Barnes (2000) afirma que as políticas públicas de geração de emprego precisam ser projetadas de maneira global, necessitando primeiramente de transformações nas relações de trabalho, com uma efetiva participação da

sociedade, pois a presunção de um espaço social destinado à diversidade necessita estar preparado para atender as necessidades de todos.

Esse sistema só alcançará o resultado esperado, quando o governo der um maior apoio ao desenvolvimento das ações, com fiscalizações e punições, obrigando todas as empresas a aderirem ao projeto (BARNES, 2000).

São notórias as falhas, pois não resolve os problemas das cidades de pequeno porte, como exemplo, a cidade analisada, tendo em vista que não existe nenhuma empresa privada com mais de 100 funcionários, para que esta lei seja aplicada.

Os impactos são visíveis, onde a presente pesquisa constatou que somente seis pessoas com deficiência da cidade de Bernardino Batista, em idade produtiva para o mercado de trabalho (36 á 65 anos) dentro do universo de 1.108 pessoas que segundo o IBGE declararam ter algum tipo de deficiência, estão atuando no mercado de trabalho formal e dezessete são beneficiarias do BPC, reafirmando o que o Censo de 2010 revelou, cuja 55% das pessoas com algum tipo de deficiência não conseguem vaga no mercado de trabalho.

Foi percebido nas entrevistas que a média de tempo de mercado de trabalho dos entrevistados foi de 6 á 50 anos, aproximadamente 67% dos entrevistados só estão atuando no mercado por serem estatutários.

Cerca de 50% dos entrevistados declararam ter iniciado o trabalho com idade inferior a 16 anos, considerado como trabalho infantil pela Constituição Federal de 1988 e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), criado pela Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que veio reforçar a idéia de proteção integral.

Vilani (2010) aplica o conceito de Trabalho Infantil para:

As crianças que trabalham em atividades substitutivas da mão de obra adulta... [...] o tipo de trabalho que se tenta abolir da vida das crianças é aquele em que elas atuam regularmente ou durante jornadas contínuas, fazendo disso uma fonte de renda destinada ao sustento próprio ou familiar (VILANI, 2010 p.59)

Segundo a autora essa situação gera uma série de prejuízos para a criança, seja ele físico, mental ou emocional, especialmente naquelas que são retiradas do vínculo familiar e bem como seu afastamento ou desligamento da escola (VILANI, 2010).

Durante uma das entrevistas foi levantada uma questão muito interessante, sobre as tipificações das deficiências. Uma das participantes era “gaga”, o que lhe traz uma enorme dificuldade de comunicação desde criança, que questionou sobre a lei que estabelece as cotas reservadas aos deficientes para a participação em concursos públicos.

Apesar da Classificação Internacional das Doenças (CID-10) com os caracteres F98.5, considerar a gagueira como um distúrbio ou transtorno da fluência da fala e na Classificação Internacional de Funcionalidade (CIF) com os caracteres b3300 que considera a gagueira com sendo uma deficiência da fluência da fala, a legislação Brasileira não considera.

É considerada deficiência no artigo 3º do Decreto 3298 de dezembro de 1999, o qual regulamenta a lei 7853/1989, “a perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade dentro do padrão considerado normal para o ser humano”.

Isso gera um grave problema, pois em alguns concursos públicos a gagueira é considerada nos testes de seleção como um impedimento para exercer algumas funções, mas não é considerada uma deficiência suficiente para que estas pessoas possam concorrer às vagas reservadas para os deficientes.

A religião foi outro aspecto observado na pesquisa, que constatou que todos os entrevistados eram católicos, assegurando os números nacionais, que apesar do número de católicos terem diminuído 1,3% entre 2000 e 2010, o país ainda segue com uma maioria católica.

Quando foi questionado sobre o que eles achavam das leis brasileiras existentes que visam garantir os direitos da PcD, as respostas foram unânimes. Todos comentaram que as leis não são aplicadas como deveriam ser e que os setores não estão preparados para lidar com eles. As escolas, que são a base da inclusão não fornecem os instrumentos necessários, como professores qualificados para trabalhar com os diferentes tipos de deficiência.

Segundo os entrevistados as leis existentes não são suficientes para sua devida inserção na sociedade, é preciso ser feito muito mais para que eles se sintam com os mesmos direitos das pessoas sem limitações físicas, conforme está previsto na Constituição Federal de 1988 em seu artigo 227,

É dever da família, da sociedade e do Estado, assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-lo a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Portanto, é imprescindível que as políticas públicas sejam repensadas, revistas, para que possam garantir, no mínimo, as necessidades básicas para que o ser humano possa sobreviver como cidadão e com dignidade em todo o território brasileiro.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer do presente estudo foi constatado que existem diversos fatores que dificultam e impossibilitam a inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho formal.

Desde os primeiros anos de vida as pessoas com deficiência encontram diversos entraves para sua socialização. Na maioria dos casos, a própria família são os primeiros a demonstrarem de forma velada o preconceito, onde os pais se desesperam com a notícia de que seu filho seja deficiente, pois não se acham capazes de cuidar dele.

Muitos pais com a intenção de super proteger seus filhos prefere não enfrentar as barreiras para incluí-los na sociedade, por acharem que eles não são competentes e/ou capacitados o bastante para levar uma vida “normal”, que não conseguirão conviver em sociedade, freqüentar a escola e muito menos se inserir no mercado de trabalho, procurando primeiramente o Benefício de Prestação Continuada – BPC ou mesmo a aposentadoria por invalidez. Quando esses caminhos lhes são negados iniciam sua luta para inseri-los nos diversos setores da sociedade ou os deixam confinados em casa.

Na escola as pessoas com deficiência enfrentam alguns problemas como o preconceito por parte de colegas e professores; a falta de estrutura física das escolas, que ainda não conseguiram se adaptar para receber os alunos deficientes; a falta de qualificação profissional dos professores e de toda a equipe escolar, que não estão preparados para trabalhar com os diferentes tipos de deficiência, pois cada um necessita de adaptações diferentes, o que dificulta ainda mais o desenvolvimento do trabalho do professor.

Se a escola que é a base de todo o processo de preparação para a formação profissional se encontra nestas condições, imaginem o mercado de trabalho, que desde a revolução industrial vivencia a alta competitividade comercial, necessitando produzir cada vez mais, com menos mão de obra e uma maior qualificação profissional e multifuncional.

Outro aspecto detectado é que o mercado de trabalho, assim como a escola, não está preparado para inserir essas pessoas nas diversas atividades laborativas, a maioria dos postos de trabalho não tiveram seus espaços adaptados para suprir as

necessidades dos PcD, apesar de termos leis que determinem que todos os espaços sociais sejam readaptados para proporcionar a acessibilidade.

Esses fatores foram claramente constatados durante a pesquisa de campo e as entrevistas, onde somente 1,4% das pessoas que declaram ter algum tipo de deficiência no censo do IBGE de 2010 estão atuando no mercado de trabalho de Bernardino Batista – PB.

Percebe-se que avanço houve em relação ao preconceito, porque antes os deficientes eram abandonados ou exterminados e atualmente eles são aceitos, mas pouco espaço tem por falta de acessibilidade e capacitação de recursos humanos.

Apesar de tantas leis observa-se que as mesmas são falhas, não abrangendo as mais diversas realidades das pessoas com deficiência e não há fiscalização por parte dos órgãos competentes para que ocorra o cumprimento da lei em todas as suas prerrogativas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ARANHA, M. S. F. **Paradigma da sociedade com as pessoas com deficiência.** Revista do Ministério do Trabalho, ano. XI, n.21. p.160-173, Mar. 2001;

Araújo, J. P., & Schimdt, A. (2006). **A inclusão de pessoas com necessidades especiais no trabalho:** a visão de empresas e de instituições educacionais especiais na cidade de Curitiba. Revista Brasileira de Educação Especial, 12(2), 241-254;

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Ed. Brasília, 2004;

BRASIL (1990). **Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990.** Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civil da União, das autarquias e das fundações públicas federais;

BRASIL (1999). **Decreto n. 3.298, de 20 de dezembro de 1999.** Regulamenta a Lei n. 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, Seção 1, p. 10;

BIBLIA SAGRADA. A.T. **Gênesis.** 34. Ed. São Paulo: Ave-Maria, 1982. Cap. 1, p.8;

BONIN, Jiani Adriana. **Mobilizando Teorias.** s/d. Texto para aula;

CAPBELL, Selma Inês. **Múltiplas faces da inclusão.** Rio de Janeiro: Wak Ed., 2009;

CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOSO, C.F; VAINFAS, R. **Domínios da história: ensaios de Teoria e metodologia.** Rio de Janeiro: Campus, 1997. P. 45-59;

CARMO, A. A. **Deficiência física:** a sociedade brasileira cria, “recupera” e discrimina. Brasília: Secretaria dos Desportos, 1991;

CIDADE, R. E. A; FREITAS, P. S. **Introdução à educação física e ao desporto para Pessoas Portadoras de deficiência.** Curitiba, UFPR, 2002;

DE MASI, Domenico. O futuro do trabalho: fadiga e ócio na sociedade pós-industrial – 9ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006;

FRIGOTTO, Gaudêncio. Trabalho, Conhecimento, Consciência e a Educação do Trabalhador: Impasses Teóricos e Práticos. In: GOMEZ, Carlos Minayo. et al. **Trabalho e Conhecimento:** dilemas na educação do trabalhador – 4. ed. São Paulo, Cortez, 2002;

HOLANDA, Maria de Fátima Duarte de. **Memórias da educação especial: da integração à inclusão**/Maria de Fátima Duarte de Holanda, Iraquitan de Oliveira Caminha. – João Pessoa: Editora universitária da UFPB, 2008;

<<http://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2012/04/27-da-populacao-paraibana-tem-algum-tipo-de-deficiencia-diz-ibge.html>>. Acesso em: 15/02/2013

HUBERMAN, Leo. **História da Riqueza do Homem**. ed. 21^o. Rio de Janeiro: LTC, 1986;

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Sala de Imprensa: **Censo Demográfico 2010: Resultados gerais da amostra**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=2125&id_pagina=1>. Acesso em 10/02/2013.

MAZZOTTA, Marcos José Silveira. **Educação Escolar: Comum ou Especial**. São Paulo: Pioneira, 1982;

_____. **Educação especial no Brasil: História e políticas públicas** – 5. Ed.- São Paulo: Cortez, 2005;

MANTOAN, M.T.H. **A integração de pessoas com deficiência**. São Paulo: Senac, 1997;

MARX, Karl; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. 9. Ed. Petrópolis, RJ: vozes, 1999;

_____. **O Capital**. DIFEL ed. São Paulo, 1982;

MEIHY, José Carlos Sebe B. e HOLANDA, Fabíola. **História oral: como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2007;

METTS, R. L. **Disability issues, trends and recommendations for the world bank (Full text and annexes)**, 2000. Disponível em: <[HTTP://wbIn0018.worldbank.org/HDNet/HDDocs.nsf/2d5135ecbf351de6852566a90069b8b6/33ed2bea9901edd6852568a20069e1c1/\\$FILE/Meets.pdf](http://wbIn0018.worldbank.org/HDNet/HDDocs.nsf/2d5135ecbf351de6852566a90069b8b6/33ed2bea9901edd6852568a20069e1c1/$FILE/Meets.pdf)> Acesso em: 20 de fevereiro de 2013;

Ministério do Trabalho e Emprego. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/portal-mte/>> Acesso 12/03/2013.

NERI, M.; CARVALHO, A. P.; COSTILLA, H. G. **Políticas de cotas e inclusão trabalhista de pessoas com deficiência**. *Ensaio Econômico da EPGE/FGV*, Rio de Janeiro, v. 462, 2002. Disponível em: <http://www.epge.fgv.br/portal/arquivo/1310.pdf>. Acesso em fevereiro de 2013;

NUNES, C. Os desafios da pesquisa histórica. In: **Encontro Nacional de história do esporte, lazer e educação física**, 4, Belo Horizonte: Escola de Educação Física da UFMG. Coletânea, 1996. p.20;

OLIVEIRA, A. A. S.; LEITE, L. P. **O papel da Educação Especial no sistema educacional inclusivo**. Jornal Diário de Marília. Marília, SP. 29 out. 2002;

ORGANIZACAO DAS NACOES UNIDAS. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**, 2007;

PENA, Rejane Silva. **Fontes Oraís e Historiografia: Avanços e Perspectivas**. Porto Alegre. Edipucrs, 2005;

PESSOTTI, Isaias. **Deficiência Mental: da Superstição à Ciência**. São Paulo: Queroz/EDUSP. 1984;

PONTE, João Pedro (2006). **Estudos de caso em educação matemática**. Bolema, 25, 105-132. Este artigo é uma versão revista e actualizada de um artigo anterior: Ponte, J. P. (1994). O estudo de caso na investigação em educação matemática. *Quadrante*, 3(1), pp3-18. (re-publicado com autorização);

SACCONI, Luiz Antonio. **Minidicionário Sacconi da língua portuguesa**. São Paulo: Atual, 1996;

SANTOS, M. R. Entrevista. **Revista Integração**, ano 14, 2002 (Edição Especial);

SASSAKI, R.K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA Editora, 1997;

SILVA, O. M. **A epopéia ignorada: a pessoa deficiente na história do mundo de ontem e hoje**. São Paulo: CEDAS, 1987;

SCHEUERMANN, Teresinha Helena. A inclusão do deficiente físico no mercado de trabalho. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XV, n. 99, abr 2012. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11372>. Acesso em fev 2013;

VASCONCELOS, F. D. **Ironias da desigualdade: políticas e práticas de inclusão de pessoas com deficiência física**. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva)-Instituto de Saúde Coletiva. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2006;

VILANI, Jane Araújo dos Santos. **O que é trabalho infantil**. São Paulo: Brasiliense, 2010;

WERNECK, Claudia. **Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva**. Rio de Janeiro: ED. W.V.A, 1997.

ANEXOS

QUESTIONÁRIO: ROTEIRO DE ENTREVISTA

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO:

Nome: _____

Sexo: () M () F

Idade: _____

Religião: () Católica () Protestante () Outra _____

Grau de Escolaridade: () Analfabeto

() Ensino Fundamental Incompleto

() Ensino Fundamental Completo

() Nível Médio Incompleto

() Nível Médio Completo

() Superior Incompleto

() Superior completo: _____

() Especialista: _____

() Mestrado

() Doutorado

Ocupação: _____

Vínculo: () Efetivo () Prestador de Serviço () Autônomo

Há quanto tempo? _____

Qual o salário? _____

Tipo de Deficiência: () Visual

() Auditiva

() Física

() Mental

() Múltipla

QUESTIONÁRIO:

1. Está a quanto tempo no mercado de trabalho?

2. Já teve alguma dificuldade para conseguir trabalho? Quais foram?

3. Já foi preciso usar da lei/justiça para garantir o trabalho?

4. Já sofreu algum preconceito ou constrangimento no trabalho por ser deficiente?
Por parte de quem?

5. Já sofreu algum preconceito ou constrangimento na escola por ser deficiente? Por parte de quem?

6. O que você acha das leis existentes no Brasil que visam garantir os direitos da pessoa com deficiência?

7. Elas são suficientes para incluir e manter as pessoas com deficiência nos diversos campos da sociedade?

8. O que era necessário para você se sentir com os mesmos direitos das pessoas ditas como “normais”?
